

A. I. N ° - 180459.0073/07-8
AUTUADO - VIA SABOR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ ALMIR LAGO DE MEDEIROS
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 14. 02. 2008

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0013-01/08

EMENTA: ICMS. 1. EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL – ECF. FALTA DE PEDIDO PARA CESSAÇÃO DE USO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. A legislação prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória ao contribuinte que deixar de cumprir as exigências legais para a cessação de uso de equipamento de controle fiscal. Infração subsistente. 2. LIVROS FISCAIS. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA. Subsistência da infração, porém com adequação da penalidade aplicada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Através do presente Auto de Infração, lavrado em 31/08/2007, foram aplicadas penalidades, por descumprimento de obrigações acessórias, no valor de R\$ 9.200,00, atribuindo ao sujeito passivo o cometimento das seguintes irregularidades:

- 01 – deixou de cumprir as exigências legais para a cessação de uso de equipamento de controle fiscal, fato ocorrido no mês de julho de 2005, sendo aplicada a penalidade de R\$ 4.600,00;
- 02 – deixou de apresentar livros fiscais, quando regularmente intimado, em referência ao mês de julho de 2005, sendo aplicada a multa no valor de R\$ 4.600,00.

O autuado apresentou impugnação às fls. 11/12, argüindo que tendo solicitado a baixa de sua inscrição estadual, foi surpreendido com o recebimento do Auto de Infração e com o indeferimento do pedido. Pugna pela improcedência da autuação, com base nos motivos que passou a expor.

Tendo adquirido o estabelecimento em 16/04/2002, em sociedade com a Sra. Palloma Silva Esmeraldo, providenciou a sua regularização, através de denúncia espontânea, já totalmente quitada; em 2003 efetivou a sua transferência para os Srs. Marcelo Batista de Moraes (CPF nº 317.430.055-04) e Lúcia Maria Celestino Falcão (CPF nº 513.344.295-53), quando a alteração contratual e demais documentos necessários foram devidamente assinados e os livros e documentos fiscais, além do equipamento ECF (que nunca tinha sido usado) foram repassados para os novos proprietários, em conformidade com os artigos 321 e 321-A do RICMS/BA, entretanto até o momento os procedimentos relativos à transferência não foram efetivados.

Em 2005, ao solicitar inscrição estadual para uma nova sociedade (P. W. Salto 15 Comércio de Artigos do Vestuário Ltda., I. E. 66.845.211), teve conhecimento que a empresa Via Sabor estava inapta, quando requereu a sua baixa no cadastro, pedido não atendido, por falta de apresentação da documentação, que se encontrava com o contador e com os novos donos.

Argúi que somente agora em 2007, após diversas tentativas sem localizar as referidas pessoas, conseguiu as seguintes informações: em junho de 2004 foi registrada uma nova empresa (Barusa Refeições Coletivas Ltda., I. E. 63.875.483) no mesmo local, sendo seus sócios Lorena e Rui Celestino dos Santos; em maio deste ano essa nova empresa teria passado para o nome de uma Sra. Aidê, com a qual não conseguiu manter contato.

Após tais ocorrências, registrou queixa na polícia, em relação ao extravio dos documentos fiscais e do equipamento ECF, tendo anexado o documento correspondente ao pedido de baixa, sem que o autuante lhe desse a devida importância, optando por aplicar as multas registradas na autuação.

Assevera que conforme pode ser atestado através de pesquisa nos arquivos da SEFAZ/BA, participou e participa do quadro societário de empresas, sempre cumprindo com suas obrigações, não sendo contumaz na prática de sonegação que possa desabonar a sua conduta, afirmando que foi ludibriada na negociação do estabelecimento autuado.

Lembra que de acordo com os já citados artigos do RICMS/BA, havendo continuidade dos negócios, os livros, documentos e ECF podem ser utilizados pela empresa remanescente, o que ensejou a sua entrega aos novos proprietários. Cita o art. 186 do RICMS/97, observando que ao deferir uma nova inscrição estadual para o mesmo endereço, o Estado já tinha ciência que a Via Sabor não mais existia. Salienta que a solicitação de baixa foi feita de forma espontânea e que em momento algum foi negada a entrega dos livros, dos documentos e do ECF com o intuito de dificultar ou sonegar informações ao fisco, porém em decorrência do motivo já explicitado.

Entende que o Estado deve ter controle sobre as operações realizadas através de ECF, podendo verificar que até o momento não foram realizadas operações com o equipamento registrado em nome da Via Sabor, não havendo prejuízo para o erário estadual. Acrescenta que apesar de inscrito na condição de normal, o autuado enquadrava-se como microempresa, tanto pela sua atividade, como pela movimentação econômica, não sendo obrigado a ter ECF, pois faturava bem abaixo de R\$ 144.000,00, exigidos à época para perder tal condição.

Enfatiza que a multa aplicada no valor de R\$ 4.600,00 não resolverá as pendências existentes, já que não vai obrigar à apresentação do ECF, nem vai fornecer subsídios para o deferimento da baixa, que já ocorreu de fato, de acordo com o artigo 167, inciso I do RICMS/BA. Diante disso, solicita que a multa seja revisada, permitindo a baixa do contribuinte.

Tratando da infração 02, salienta que o motivo da falta de apresentação de livros já foi fartamente esclarecido, acrescentando que houve um engano por parte do autuante, pois a tipificação da multa não corresponde ao valor cobrado de R\$ 4.600,00, valor este inexistente para a infração imputada.

Requer a improcedência do Auto de Infração, a baixa da inscrição estadual do autuado e que seja dado o mesmo tratamento que o Estado dispensa às empresas canceladas na JUCEB [Junta Comercial do Estado da Bahia], que registre falta de movimentação por cinco anos consecutivos.

O autuante, em sua informação fiscal de fl. 16, alega que a autuação decorreu da falta de pedido de atestado de cessação do ECF e em virtude da falta de apresentação de livros fiscais para que fossem examinados.

Registra que, após intimado, o contribuinte forneceu declaração dizendo que os livros haviam sido extraviados (fl. 08), assim como a sua impressora fiscal (fl. 07). Argúi que a defesa simplesmente narra alguns fatos irrelevantes, não apresentando nenhuma prova, pelo que conclui que apenas quer ganhar tempo.

Realça que as multas foram aplicadas de forma correta, razão pela qual sugere que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

Analisando a infração 01, observo que se refere à aplicação de multa em decorrência de o

contribuinte não ter procedido à cessação de uso do equipamento ECF marca Yanco modelo ECF1-Yanco 8000 versão 2.0, no prazo regulamentar.

Ressalto que apesar do autuado basear sua defesa afirmando que não fizera uso do referido equipamento, tendo efetivado a transferência do estabelecimento, quando repassara o ECF para os novos proprietários, não foram trazidas aos autos os elementos comprobatórios concernentes a suas arguições. Deste modo, resta caracterizado que não procedeu ao pedido de cessação de uso do ECF, na forma prevista na legislação tributária estadual, conforme dispõe o art. 824-K do RICMS/97. Considerando que o autuado estava obrigado a comunicar a cessação de uso à Inspetoria Fazendária para que as medidas pertinentes fossem adotadas, deve se submeter à penalidade que lhe foi imputada.

Observo que a ausência de provas por parte de quem estava obrigado a apresentá-las, ou seja, o impugnante, as quais poderiam elidir o lançamento aqui analisado, torna a infração suficientemente tipificada, em conformidade com o disposto no artigo 42, inciso XIII-A, alínea “c”, item 4 da Lei nº. 7014/96.

Quanto à solicitação de que a multa seja revisada, entendo que não se aplica ao caso em exame, haja vista que não ficou comprovado nos autos que a irregularidade cometida não implicou na falta de recolhimento do imposto.

Concluo que é subsistente a exigência fiscal, considerando que no presente processo encontram-se os elementos suficientes para comprovar a irregularidade apurada.

Observo, ainda, que não tem fundamento a alegação do impugnante de que a Secretaria da Fazenda, ao deferir pedido de nova inscrição estadual para o endereço onde funcionava o estabelecimento do autuado teria conhecimento que o mesmo não mais estaria em funcionamento, haja vista que não existe no cadastro da SEFAZ um controle com base em endereço.

Em relação ao item 02 da autuação, verifico que a imputação corresponde especificamente à falta de apresentação de livros fiscais, quando regularmente intimado para tanto. Observo, inclusive, que tanto os dispositivos referentes ao enquadramento da infração como à multa aplicada estão de acordo com a acusação referida, assim como na informação fiscal o autuante repete que o lançamento decorreu da citada irregularidade. Deste modo, mesmo constando dos autos uma declaração do contribuinte informando quanto ao fato de que seus livros fiscais haviam sido extraviados, não concordo com a penalidade aplicada no valor de R\$ 4.600,00, por corresponder a ocorrência diversa daquela constante da peça de acusação. Constato, assim, que apesar da infração se referir à falta de apresentação de livros fiscais (art. 42, inciso XX, alínea “a” da Lei nº 7.014/96), foi aplicada a penalidade correspondente ao extravio de livros fiscais. Tais constatações me conduzem a manter esta infração, porém corrigindo o valor da multa para R\$ 90,00, de acordo com a previsão legal acima citada.

Voto pela procedência parcial do Auto de Infração, para julgar subsistentes as duas infrações, porém com adequação da multa concernente à infração 02 para o valor de R\$ 90,00.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **180459.0073/07-8**, lavrado contra **VIA SABOR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento das multas por descumprimento de obrigações acessórias no valor total de **R\$ 4.690,00**,

previstas nos incisos XIII-A, alínea “c”, item 4 e XX, alínea “a” do artigo art. 42 da Lei nº. 7.014/96, com os acréscimos moratórios na forma prevista pela Lei nº. 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de janeiro de 2008.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR